VIOLÊNCIA VISUAL: ARTE, DIREITOS HUMANOS E VISUALIDADES CONTEMPORÂNEAS

Apresentação Daniel Momoli no dia 15 de abril na Mesa Redonda "arte, educação e direitos humanos: possibilidades de resistência na atualidade". VII SIES-UEM[1]

Autodescrição:

Antes de começar eu gostaria de fazer duas observações. A primeira observação é em relação ao texto que elaborei com a minha fala porque entendo que minha comunicação fica mais fluida e consigo desenvolver meu raciocínio sem o risco de me enroscar na arguição porque trata-se de uma discussão que apresento pela primeira vez. Além de ser a melhor forma de contribuir com a pessoas que estão fazendo a tradução em libras. A quem agradeço por estarem nos auxiliando e a quem prometo que tentarei falar devagar. A segunda observação é que vou utilizar imagens e sempre que elas aparecerem vou fazer uma pausa para descrevê-las.

* * * *

Eu gostaria então de iniciar agradecendo a Eliane Maio o convite para a participação desse evento que eu acompanho há algum tempo. Sempre me faltou folego para chegar mais próximo das atividades realizadas pelo NUDISEX, mesmo de longe sempre acompanhei os movimentos do grupo e me senti muito horando ao receber o convite. De um modo carinhoso agradeço ao Maddox pela indicação de meu nome para a da programação do VII SIES.

Cumprimento o Professor Renan Quinalha que estou tendo a oportunidade de conhece-lo, embora sempre muito citado e referenciado nos diferentes espaços por onde tenho andarilhado. Também cumprimento a professora Roberta Stubs que estou conhecendo hoje, mas que já nos cruzamos pelos e-mails e redes sociais através do Maddox. E a Clara que é a mediadora dessa mesa.

E agradeço as pessoas que estão conosco nos diferentes canais onde essa mesa está sendo transmitida.

Era início de janeiro quando recebi o convite para participar do evento e desde o primeiro momento me senti bastante instigado, primeiro, pelo tema da mesa que articula **arte, educação e direitos humanos,** três campos que são muito caros ao meu trabalho e minha história. Também fiquei bastante instigado pela pergunta que intitula o evento "**o que podem os corpos, os direitos e os possíveis contra os fascismos atuais?"**

[1] Apresentação disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=kWc_nsFDZnk&t=2640s

Para responder essa interrogação me debrucei sobre duas imagens que naquele período estavam se confrontando em meus pensamentos.

A primeira imagem é do trabalho da artista brasileira Juliana Notari intitulado Diva. Trata-se de um trabalho de intervenção permanente na paisagem territorial da Usina de Arte - Um parque artístico-botânico, impulsionando uma nova forma de ocupação ambiental, econômica e cultural no município de Água Preta, em Pernambuco. Era final de dezembro e entre as fotos que marcavam os ritos da natividade e da passagem de ano, a imagem do trabalho de Juliana Notari era compartilhada em postagens nas redes sociais, em mensagens no whatsapp e ganhou espaço em sítios específicos do campo artístico. O principal argumento era a grande cavidade aberta em um local de relevo acidentado que para algumas pessoas nada mais é do que o duplo de uma vagina. Poucas pessoas se questionavam quantas artistas brasileiras possuem trabalhos de Land Art em instituições nacionais ou internacionais, ainda mais silenciosa eram as vozes que discutiam o lugar das mulheres na cena artística contemporânea ou que abordavam a precariedade das condições de trabalho das e dos artistas nos últimos anos devido as ações persecutórias a exposições, editais e espaços artístico culturais. Mas o duplo dessa imagem era o centro do debate. E os enunciados se multiplicavam velozmente através das hashtags

NOTARI, Juliana. **Diva**. Land Art. Usina da Arte (PE). Brasil, 2020.

Naquele mesmo período acompanhávamos os últimos dias do Governo de Donald Trump e fomos surpreendidos com a notícia da invasão do Capitólio, sede do congresso dos EUA e, portanto, um dos mais importantes símbolos daquela quer era considerada a democracia mais estável do mundo. A imagem de um homem branco, que estava com o rosto pintando com as cores da bandeira dos Estados Unidos, o torso nu exibindo tatuagens, as

pernas cobertas por tecido leve e da cor da pele e usando na cabeça um tipo de gorro feito com chifres e pelos de bisão foi utilizada em vários veículos de notícias para falar do que acontecia naquele país. Nos dias que se passaram ficamos sabendo que aquela era uma vestimenta utilizada por um grupo conhecido como Tribalista e que tinham adotado tal indumentária como uma espécie de elogio aos primórdios da humanidade, antes de consensos em torno de paz, igualdade, das conquistas das mulheres, da população negra, das pessoas LGBTQIA+ e dos direitos humanos. A roupa não era apenas uma alegoria, ela expressava os objetivos radicais e violentos do confronto físico, da guerra e do ódio contra mulheres, gays e suas conquistas por direitos na sociedade. Poucos dias depois já não se falava mais daquela performance cheia de elementos fálicos que faziam uma ode à caça, a guerra e a masculinidade selvagem-predatória.

Imagem: Agência UOL

Os efeitos provocados por essas duas imagens e o que elas autorizaram as pessoas a dizerem é o objeto que escolhi para tentar responder a provocação feita pelo tema do evento e dessa mesa.

Momoli, Daniel. A destituição da experiência de um professor formador de professores. Fotocolagem (2016-2017).

O ponto de partida foi explorar a ideia de violência visual, a maneira como essas imagens produziam um dano social e político a grupos, comunidades e coletivos. E o que tornava o trabalho de uma artista brasileira mais perigoso e ameaçador do que o ato praticado por homens que invadiram um prédio público deixando ao final do tumulto cinco pessoas mortas.

Maria Rita Kehl explica que toda imagem tem um potencial de violência devido o seu poder comunicativo extraordinário. Para a autora se todo signo ocupa o lugar de uma coisa ausente, a imagem é o que mais se parece com a presença da coisa. Quanto mais mimética a imagem, maior este poder. Isto porque o poder reconfortante da imagem é diretamente

proporcional à sua violência. Pois no terreno em que as coisas “são como são”, só resta ao homem conformar-se com elas. Para a psicanalista, no terreno em que o pensamento é dispensado, diria Hanna Arendt, os homens tornam- se dispensáveis; e onde os homens são dispensáveis, a violência domina com facilidade o laço social. A autora refere-se aqui à violência gratuita, a violência como forma predominante de reação à presença do outro, diante das divergências e dos conflitos que o outro nos traz.

Enquanto tentava entender qual o impacto das violências produzidas pelo nosso imaginário fui tomado por um episódio que marcou minha vida nos últimos anos. Eu fui uma das pessoas vítimas do dia 29 de abril de 2015, quando o governo do Paraná utilizou 1.661 soldados da Polícia Militar; 2.323 balas de borracha e 1413 bombas de efeito moral em um confronto que teve mais de duas horas de duração em frente a Assembleia Legislativa do Paraná quando estava em votação um pacote de medidas que inaugurava no Brasil uma nova agenda para os estados e municípios a partir de uma onda ultra-liberal-conservadora que buscava o desmonte das previdências de fundo público, a perseguição ao funcionalismo público e a destruição do Estado enquanto instituição responsável pela afirmação dos direitos fundamentais em nosso país.

Durante aquelas duas horas eu vi minhas amigas e amigos sendo vítimas da violência institucional que estava sendo pratica pelo estado do Paraná. Vi amigas e amigos caídos sem que pudéssemos prestar socorro. Aquelas cenas que vi e vivi me acompanham desde aquele dia e durante quatro anos me perguntei incansavelmente o que eu ainda poderia dizer a quem desejava ser professora ou professor em uma pesquisa que estava interessada na problematização de uma certa base política onde se assentava o estatuto dos saberes da arte e da educação na formação de docentes. O movimento gerado por essa pergunta me deslocou em uma busca sobre a constituição do nosso pensamento e na maneira como os saberes se relacionam a partir de determinados fluxos e regimes discursivos.

A relação entre o que o que ocorreu no Paraná no dia 29 de abril de 2015, com a formação de docentes e com o objeto que escolhi apresentar nessa mesa se sustenta em uma espiral teórico-filosófica que se inscreve no pensamento do filósofo francês Michel Foucault diante das interrogações de Immanuel Kant em relação à modernidade *Was ist Aufklärung?* - “o que se passa hoje? O que se passa agora?”. Ao deter-se na pergunta de Kant, Foucault apontava para a necessidade de assumir uma atitude que fosse capaz de diagnosticar o seu próprio tempo.

Alexandre Filordi de Carvalho, filosofo brasileiro, atualizou essa pergunta em sua tese de doutoramento e nos provoca a pensar que tipo de diferença o nosso hoje pode introduzir para o futuro, sem a pretensão de concebê-lo em acabamento; e que tipo de diferença o nosso hoje pode introduzir em relação ao passado. Assim, o que precisamos interrogar é **o que essas imagens nos possibilitam dizer sobre a atualidade**, que

elementos elas colocam em visibilidade em um momento em que convivemos com os fantasmas de um passado recente que insiste em nos ameaçar.

Durante a segunda parte do século XX nos dedicamos a estudos, pesquisas e investigações para que o holocausto não se repetisse, foi uma exigência que assumimos diante do horror daquele período. No entanto tudo indica que falhamos pois em certa medida a monstruosidade não calou fundo nas pessoas diria Walter Benjamin se estivesse diante das violências cometidas pelo estado em sua omissão diante de uma pandemia que tem nos mostrado a precariedade da condição humana em pleno século XXI.

Embora o horror, a dor, a dimensão de tragedia que circunscreve o que temos vivido, tudo isso junto não contém a mínima fração do que foi um campo de concentração alemão ou uma sala de tortura no Brasil. Não se pode fazer uma aproximação entre esses fatos, mas se pode pensar em um e no outro e na destituição da experiência de quem retornou deles. Para mim, entrar em uma sala de aula para trabalhar com crianças, adolescentes e com professores em formação nunca mais foi a mesma coisa depois daqueles dias. Assim como não seremos mais os mesmos quando acabar essa pandemia.

Walter Benjamin, em um ensaio sobre experiência e pobreza destaca que na guerra não se tem uma experiência porque somos subtraídos de nossa condição. É a miséria humana, a vida nua que fica exposta. Peter Pel Pelbart diz que é na passividade do desastre, que a parte inumana do homem vem à tona, como dispersão, defecção, abdicação anônima. O desastre seria um tipo de interrupção de uma determinada ordem do mundo e, em alguma medida, capaz de irromper com as nossas certezas.

Se ainda somos incapazes de fazer parar as mais terríveis formas de crueldade com a humanidade sob justificativa do capital, das religiões ou de um poder soberano sobre os outros, talvez seja preciso interrogar sobre os elementos desesperadores de nossa própria natureza; se não quisermos cair nas presas de uma retórica idealista ou salvacionista, é preciso correr o risco e interrogar-se sobre o que temos feito.

Para Giorgio Agamben, situações como essa que estamos vivendo nos contam alguma coisa que contêm no seu centro, algo que é intestemunhável, que destitui a [nossa] autoridade e que nos rouba a palavra, deixando-nos mais pobres como disse Benjamin. É uma experiência radicalmente desmoralizada e da qual a linguagem não dá conta.

Se a linguagem nos é roubada o que pode o nosso pensamento em meio ao que temos vivido?

Trata-se de uma pergunta da qual não se tem uma resposta, mas, é uma interrogação que pode vir a nos convocar a assumir uma tarefa de complexificar o real e tornar visível o visível em um momento em que a vida **está midiatizada** impulsionando as imagens a invadirem nossas vidas por meio dos grupos de whatsapp, das redes sociais e das grades de programação dos canais abertos da televisão brasileira.

Fazer esse exercício de tornar visível o próprio visível significa assumir que não há nada escondido atrás da cortina ou oculto, tudo está aí, mas nem sempre consegue chegar a uma zona de nitidez. Mesmo assim essas visualidades murmuram alguma coisa e para capturar esse som inaudível é preciso prestar atenção nas regularidades discursivas que jogam com a linguagem a partir de práticas que não são necessariamente aquelas que passam pela palavra escrita ou oralizada. Refiro-me a gestualidade de uma escrita que não obedece a uma certa ordem dos discursos sobre a representação, mas, a um tipo de gestualidade ética formulada por Michel Foucault sobre uma regra imanente, retomada incessantemente, jamais efetivamente aplicada, um princípio que **não marca a escrita como resultado, mas, a domina como prática**. Trata-se muito mais de uma escrita como uma prática de si mesmo, uma atitude de inscrever sobre si mesmo, colocando em relação ao outro e o mundo.

Refiro-me aqui as práticas artísticas, mas não me refiro as produções denominadas de grandes obras ou dos trabalhos dos artistas considerados gênios. Ao falar da arte estou indo em direção a um conjunto de práticas que vão muito além dos dispositivos expressivos que chegam ao estado de exposição como objetos pictóricos, escultóricos, fotográficos, imagéticos, performáticos e ou conceituais. Inscrevo-me em um campo ampliado no qual a arte não se basta em si mesma e onde encontra-se liberada do compromisso com a representação e com a interioridade. Nesse campo as práticas se diluem entre as visualidades, sonoridades e corporeidades e sua própria exterioridade vai sendo desdobrada sempre sendo uma coisa outra.

Rosa Luz. "E se a arte fosse travesti? “. Fotografia. 2016.

Como nesse autorretrato de Rosa Luz: uma mulher trans, negra, pobre, performer, estudante de História da Arte e Youtuber que nos interroga **e se a arte fosse travesti?**

Nessa fotografia, a imagem e a escrita subvertem as regras do campo artístico porque desestabilizam a norma. Não se trata de uma representação, não se trata de um objeto de contemplação ou de fruição, mas, de um gesto que afronta a regra, do que pode ser a arte, do que pode ser a mulher, do que pode ser o corpo e até mesmo do que pode ser a nossa própria vida. Em seus trabalhos, Rosa Luz aborda a sua identidade, a identificação com o seu gênero, o lugar da mulher na sociedade e trata das violências sofridas pelas pessoas trans. “É complicado ser travesti e artista numa sociedade cisgênero que não entende a sua identidade. A minha pesquisa está conectada com essas questões. A gente não vê as travestis na padaria, ou dando aula, e nas artes visuais não seria diferente”. O trabalho da artista é um gesto de inscrever a si mesmo a partir da produção de um autorretrato. Ao falar da sua existência Rosa Luz fala ao mesmo tempo de um problema social coletivo.

“Entrei na universidade quando tinha 17 anos e o autorretrato foi substancial nesse processo de me reconhecer enquanto pessoa trans, por que eu transicionei nesse processo da universidade, quando entrei em contato com esse termo pela primeira vez. A fotografia teve

um papel muito importante para eu conseguir entender a minha identidade de gênero" (Rosa Luz).

As fotografias produzidas pela artista abrem espaço para colocar **em visibilidade um tipo de violência que fingimos não ver**. Apenas nos dois primeiros meses de 2020 o Brasil apresentou um aumento de 90% do número de assassinatos de pessoas trans em relação ao mesmo período de 2019, superando 2017 quando o Brasil apresentou o maior índice de assassinatos de sua história de acordo com o Atlas da violência e anuário da segurança pública. Em uma pesquisa realizada com dados do SUS referente ao período entre 2015 e 2017 foi possível identificar que a cada1h uma pessoa LGBTQIA+ era agredida no Brasil. No início de 2021, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais a ANTRA divulgou que em 2020 o número de pessoas trans assassinadas teve um crescimento de 41%.

A imagem do trabalho de Rosa Luz não é uma ilustração, um tipo de citação, mas é uma força capaz de mobilizar o meu pensamento a observar o que não estava sendo observado. É uma imagem que nos convoca a dizer alguma coisa em meio a tantas outras imagens que constituem nosso imaginário individual e coletivo. Aproximar imagens e coloca-las em relação é uma aposta na qual tenho insistido instigado principalmente pela discussão proposta por Nestor Garcia Canclini, da arte como uma plataforma para pensar, de um lugar onde os sentidos são reconstruídos. Assim tenho trabalhado com essas práticas como em um "laboratório de experimentações" a fim de derrubar as fronteiras disciplinares do pensamento e alargar a nossa compreensão sobre o presente.

Foi fazendo essas experimentações, aproximando imagens, e fazendo uma imersão no pensamento de autores como Giorgio Agamben e Slavoj Žižek sobre os dispositivos de controle sobre a vida humana que estão sendo acionados com as políticas de enfrentamento a pandemia da COVID-19 que me deparei com um texto escrito pela Professora Carolina Catini da Faculdade de Educação da UNICAMP. No texto, Carolina colocava em discussão o amortecimento do choque com a morte massiva no Brasil. Para ela, a banalização da experiência da morte prova que barbárie está entre nós e nos embrutece. Na sua reflexão, Carolina cita o trabalho do cineasta brasileiro João Wainer realizado com imagens do Cemitério São Luiz localizado na cidade São Paulo. As imagens que foram captadas do alto através de um drone mostram o aprofundamento de uma violência estatal a que todas e todos nós estamos submetidos desde março de 2020. A privação da liberdade, o encarceramento em nossas próprias casas, o morticínio, a intensificação das dinâmicas de sofrimento pela violência psicológica, física e sexual que diariamente atinge milhares de pessoas e que não há registros, não há dados porque a morte sempre nos espreita dentro ou fora de casa.

André Penner/AP – The Whashington Post)

No filme o João vai mostrando as fileiras de valas que estavam sendo abertas e segundo ele era como um “código de barras” porque as covas viraram números, elas deixaram de ser o lugar onde vão repousar os corpos de mulheres, homens, crianças, adolescentes, jovens e se tornaram apenas mais um código e foi aí que viramos um número porque a morte ganhou escala industrial. A cada dia um novo lote de pessoas era enviado para o cemitério e dia após dia esse lote foi aumentando enquanto ouvíamos as notícias sobre os “recordes” que foram sendo quebrados pelo país no número de mortes. Para disfarçar nossa disposição de conviver com esses dados e com as imagens que jorravam nos grupos de whatsapp, nas redes sociais e na televisão, fomos encontrando algumas saídas como bater panelas, utilizar hashtags e fazer inúmeras publicações diárias em nossas redes sociais enquanto que o responsável por essa indústria da morte segue operando com uma política genocida.

A partir do que é apontado por Carolina e João, é possível dizer que essas imagens deixaram de causar espanto porque aceitamos conviver com elas, já que foram entrando em nossas casas enquanto almoçávamos, jantávamos ou que passavam pelos aplicativos enquanto estávamos em uma mesa de bar. Quem não lembra daquela tarde de domingo do dia 17 de abril 2016, quando um torturador foi homenageado na sessão em que era votada a admissibilidade do pedido de impeachment de Dilma Rousseff? Quantos de nós já se acostumaram com a pergunta sobre quem mandou matar Marielle ou que acabou substituindo a pergunta pela frase “ninguém solta a mão de ninguém”? Quantos de nós estávamos com nossas crianças, irmãs, irmãos, filhas e filhos enquanto era noticiada a morte de Miguel Otávio que caiu do 9º andar de um prédio de luxo no Recife enquanto a sua mãe, uma mulher negra, empregada-doméstica, passeava com os cães de Sarí corte Real, vulgo “a patroa”? Quantos

de nós sequer pausou a respiração enquanto assistia as imagens da morte de George Floyd ou de João Alberto em Porto Alegre?

Essa apatia diz Silvio Almeida, só pode ser possível porque estamos em um país que já se acostumou com a morte, principalmente quando se é uma pessoa negra. A morte se torna corriqueiro quando mais de 50 mil pessoas morrem assassinadas por ano ou que vamos convivendo com o fato de que a cada 9 horas uma mulher é morta no Brasil.

João Wainer no filme citado anteriormente diz que essa naturalização do massacre foi ocorrendo porque fomos nos acostumando a ouvir todos os dias que 1 pessoa foi assassinada, no outro foram 2 ou 3 ou 5 e assim nosso ouvido foi ficando calejado a ponto de não nos chocarmos com as notícias com o crescimento das mortes. De mil foi para dois mil, depois 2 mil e agora são mais de 3000 pessoas por dia.

A presença bruta de algumas dessas imagens em nosso dia a dia pode parecer sem sentido em uma discussão que se interessa por pensar nas violências que elas podem produzir em nossa subjetividade. Mas, parafraseando Jacques Rancière os discurso que a apresentam e a comentam, as instituições que as colocam em cena e os saberes que a historicizam nos permitem fazer um diagnóstico do nosso tempo. Isso não significa que meu interesse é buscar as origens das questões que nos atravessam, mas de compreender às descontinuidades que constituem esses objetos que estamos tomando para compreender o que se passa na atualidade. Trata-se de uma tentativa de provocar o “desvio de uma certa naturalidade” do nosso olhar em relação ao que nos espreita, sobre um ou outro fato, uma ou outra prática. Um desvio muito mais que nos levar à verdade das coisas, permite experimentar o próprio pensamento a partir dos modos ser, existir, pensar e conviver, visto que se aceitamos a aventura para além do que nos é conhecido, há que se reinventar novos conceitos, problematizar os já vivenciados e assumir o risco de romper com a estabilidade do que está posto.

Essa convivência ou talvez até mesmo uma certa conivência foi nos embrutecendo. Dizer que temos naturalizado a violência em nosso dia a dia, nas práticas mais comuns e infames não significa dizer que ela está desde sempre aí. Antes trata-se de reconhece-la como um tipo de tecnologia de governo das populações e das condutas que foi se transformando de tempos em tempos. Práticas que foram se adaptando, se multiplicando e se aperfeiçoando em um mecanismo que poderia ser descrito como um tipo de máquina e guerra que funciona ininterruptamente.

A construção do nosso imaginário social e coletivo se articula entre um genocídio indígena com três séculos de escravidão, dois processos de ditadura militar e mais, recentemente, um atentado à democracia. Sendo que esse último fato tem corroído por dentro a frágil estrutura que constituía o Estado Democrático de Direito, banalizando ainda mais a

morte e a violência por meio de palavras que foram autorizadas de serem ditas “por que eu tenho direito de me expressar”.

Assegurar direitos igualitários em uma nação como a nossa com profundas desigualdades sociais é desafiar não somente uma violência histórica, como também a reverberação desse passado em nossos modos de ver – ou de não ver – o outro enquanto uma pessoa sujeita de direito. Esse modo de ver foi se constituindo em um movimento de fazer e refazer a partir de um conjunto de práticas que operam na manutenção dos privilégios: ao se conservar uma estrutura em que apenas alguns indivíduos são reconhecidos como sujeitos protegidos no arcabouço dos direitos sociais, aquela minúscula parcela da população que é detentora de recursos porque é branca e de classe média alta recebe permissão para explorar, ignorar e até mesmo eliminar quem não se encaixa em um determinado perfil. Ela se vê enquanto parâmetro de qualificação, e que deseja viver em um sistema formado por pessoas iguais. É essa mesma parcela que detém os meios para a manutenção desta sociedade de exclusão, pautada na cultura da violência, que se expressa por meio do Estado, da polícia, do exército e da grande mídia. Razões que colocam mulheres, pessoas negras, indígenas e as populações LGBTQIA+ na liderança dos índices enquanto vítimas de violência e falta de acesso aos direitos fundamentais.

A nossa dificuldade em compreender o princípio universal da dignidade humana nos impediu de avançar nessas últimas três décadas na afirmação dos direitos fundamentais. Demos passos importantíssimos, mas, não superamos as questões estruturais como o combate ao racismo, ao machismo, ao trabalho escravo, ao encarceramento, a violência e exploração sexual... embora tenhamos formulado políticas públicas e programas que contribuíram para a mudança de cenários. Esse impedimento no reconhecimento a dignidade humana talvez tenha sido provocado por uma fratura que assenta a formação da base política que foi constituindo o nosso pensamento, nossos modos de ser e de viver que foram sendo modelados pela lógica da criminalização e da aniquilação do outro. Uma lógica que vai sendo mascarada pela ridicularização, pela idiotização e pela imbecilização até que a existência do outro seja justificada como desnecessária.

Se a pergunta que nos aproxima a um tipo de convivência nesses três dias de evento é **o que podem os corpos, os direitos e os possíveis contra os fascismos atuais?** Minha aposta seria a de liberar espaços para que possamos pensar em outras formas de politização para escapar dos empreendimentos biopolíticos que promovem uma espécie de captura das diferenças deixando, assim, pouco espaço para a constituição de outros modos de vida que não estejam presas a ética da vida capitalista baseada no racismo, no imperialismo, no sexismo e na dominação. Se não existe outro mundo, se o mundo que temos é esse mesmo, então que possamos nos insurgir a partir de um espirito da revolta como nos desafia o filosofo brasileiro Alexandre Simão de Freitas, um espirito que se move na aspiração de um mundo

onde caibam muitos outros mundos, no qual a igualdade seja a diferença e onde se reconheçam a multiplicidade das formas de vida

Todas essas imagens que fui apresentando talvez não remetam a muita coisa além delas mesmas, o que não significa que elas não tenham um lugar no mundo pois a imagem nunca é apenas uma simples realidade.

Para finalizar retomo a imagem de Rosa Luz e de Juliana Notari porque ao nos interrogar sobre e se a arte fosse uma travesti há algo sobre a fetichização das imagens que nos levam a exposição, a exposição de si mesmo, a exposição do outro, ao comércio das imagens, a banalização da vida e da morte. Com essa pandemia, se abriu uma cavidade como na imagem de Juliana Notari. Essa fissura nos mostra que a pandemia mostrou o que há muitos tempo já desconfiamos que os nossos laços sociais se romperam a tal ponto que banalizamos a morte das pessoas. Esse trauma social porque é ao mesmo tempo individual e coletivo vai requerer de nós um novo pacto civilizatório em que o direito a vida e o princípio universal da dignidade humana seja a base que constituem o nosso comum.

Muito Obrigado.